

## Entre a individualização e a multiplicidade: possibilidades de rupturas com os modos de gestão e administração dos corpos infantis

**SORAIA GEORGINA FERREIRA DE PAIVA CRUZ\***

**Resumo:** Situando as formas de gestão da infância considerada em risco, problematizamos o funcionamento de uma instituição de assistência e seus efeitos no processo de subjetivação. Criada para gerir as virtualidades do comportamento das crianças pobres, visibiliza-se a tecnologias políticas características do modo disciplinar: a vigilância evidencia-se na presença de câmeras, muros altos, cercas elétricas e no olhar dos educadores; a sanção normalizadora se destaca nas práticas corretivas visando à normalização dos corpos; as reuniões pedagógicas podem ser comparadas ao exame, na medida em que produzem dossiês dos comportamentos individuais, ressaltando características consideradas perigosas antecipa-se a administração e produção de indivíduos dóceis, úteis, produtivos, aplicando modelos identitários. Acompanhando as linhas dos saberes e das relações de poder que constituem esse espaço, utilizamos a genealogia na análise das práticas discursivas que atravessam a sociedade em sua construção histórica; a genealogia nos permite alcançar movimentos presentes no processo de consolidação do governo da vida, e, também, a desconstrução de práticas hegemônicas. Na tentativa de escapar ao instituído, propusemos a realização de atividades artísticas e culturais dentro de um processo de construção coletiva, enquanto estratégia de resistência e enfrentamento à lógica dominante, consolidando práticas que favorecem a potencialização da vida em suas múltiplas possibilidades.

**Palavras-chave:** Assistência; Estado; Sociedade Disciplinar

**Between and individualization multiplicity: possibilities of ruptures with the ways of management and administration children bodies**

**Abstract:** Placing the management of childhood forms considered at risk, we discuss the operation of a welfare institution and its effects on the subjective process. Created to manage the virtues of the poor behavior of children, makes visible to the way technology features disciplinary policies: surveillance is evident of cameras, high walls, electric fences and in the eyes of educators, the penalty stands normalizing practices corrective aimed at standardization bodies, educational meetings are compared to the examination, as they produce dossiers of individual behavior, emphasizing characteristics that are considered dangerous anticipates the administration and production of docile individuals, useful, productive, applying identity models. Following the lines of knowledge and power relations that constitute this space, we used the genealogy in the analysis of discursive practices that cross society in its historical construction, the genealogy allows us to achieve these movements in the consolidation process of the government of life, and also, the deconstruction of hegemonic practices. In an attempt to escape the set, we propose the realization of artistic and cultural activities within a process of collective construction as a strategy of resistance and confrontation with the dominant logic, consolidating practices that favor the enhancement of life in its manifold possibilities.

**Key words:** Assistance, State; Society Disciplinarity.



\* SORAIA GEORGINA FERREIRA DE PAIVA CRUZ é Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professora do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar FCL/Unesp-Assis.

## Introdução

A fim de situar as formas de gestão da infância, considerada em risco pessoal e social, o presente trabalho intenta problematizar as estratégias de controle desta, e seus efeitos na subjetivação dos sujeitos. A partir da perspectiva genealógica desdobrada por Michel Foucault, buscamos retomar a construção histórica dos conceitos de infância e adolescência engendradas nas relações de saber e poder constituintes das instituições de cuidado e assistência.

O conceito de infância e adolescência em nossa sociedade foi construído a partir de alguns discursos médicos, pedagógicos e psicológicos que, baseadas em uma linearidade do desenvolvimento humano, constituíram solo hegemônico para as investigações científicas que consideram infância e adolescência como "fases" de extrema fragilidade. Desse modo, faz-se necessário, cuidados e olhares especiais, aos quais vários enunciados científicos vão incidir a fim de produzir prescrições de um desenvolvimento ideal. Para tanto, uma gama de novas instituições são criadas com intuito de prevenir os desvios do comportamento dito normal.

Com base nesta premissa, no Brasil, na década de 1960, verifica-se a revisão dos códigos regulamentadores e orientadores do manejo da infância e adolescência (Código de Menores 1927). Criam-se órgãos específicos como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), como políticas de "(...) institucionalização do menor abandonado ou carente e, principalmente, do infrator" (OLIVEIRA, 1988, p. 67). Além dessas, surgiram outras instituições de acolhimento, contenção e tutela da

infância e adolescência pobre, que utilizavam estratégias de administração dos desvios, buscando a prevenção da delinquência e o preparo para a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

É neste contexto, durante o período militar, em 1971, que surge o estabelecimento<sup>1</sup> que aqui será analisado. Em um momento em que se propagavam discursos sobre a ameaça transgressora de uma juventude pobre, um Frei da Igreja Católica decidiu oferecer um espaço de recreação, educação e profissionalização às crianças da periferia de uma cidade do interior de São Paulo, como alternativa a sua permanência nas ruas<sup>2</sup>.

Na visão da instituição, a rua é vista como um lugar que atua corrompendo o caráter dos indivíduos. O esvaziamento deste espaço é tanto o objetivo quanto o mérito da instituição, utilizado ainda como parâmetro avaliador de seus resultados. A diminuição do número de crianças nas ruas indica a importância do trabalho realizado pela instituição.

O estabelecimento configurou-se com um caráter filantrópico e caritativo – características até hoje presentes – e com o intuito de apoiar a população empobrecida da região, de maneira “a garantir proteção da marginalização nas ruas”<sup>3</sup>. Presta-se atendimento

<sup>1</sup> A instituição busca promover serviços para suprir uma demanda alimentada por ela mesma, utilizando-se dos princípios do ECA para justificar sua existência. Tais serviços são usados como subterfúgio para justificar suas técnicas e práticas de controle.

<sup>2</sup> Atualmente, são oferecidos atendimento psicológico e assistencial, atividades educacionais, esportivas e lúdicas, além de cursos profissionalizantes tais como eletricitista industrial e confeccionador de móveis (ambos certificados pelo SENAI), auxiliar administrativo e comercial, manicure e pedicure, auxiliar de cabeleireiro e artes.

<sup>3</sup> Dados retirados do relatório de 1999 do estabelecimento.

assistencial a crianças e adolescentes de 6 a 18 anos considerados em situação de risco social e pessoal, risco este que, assim como afirma Castel:

(...) não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais de fatores (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis (CASTEL, 1987, p. 125).

Atravessada por valores cristãos – de ajuda aos mais necessitados e cultivo do bem –, e movida por ideais neoliberais e de controle da população, a instituição em questão orienta e estabelece seu funcionamento. Através do investimento de práticas e saberes homogeneizantes, constitui-se um modo de atendimento assistencialista que não garante efetivamente os direitos da criança e do adolescente, reproduzindo o processo de exclusão social dessa população empobrecida, que permanece discriminada. Ao firmar várias parcerias com órgãos públicos e privados da cidade, o estabelecimento se insere em uma rede que delimita não somente as próprias ações, como também as possibilidades de atuação dos jovens atendidos. Esse estabelecimento é, portanto, resultado de várias composições de forças históricas, políticas, sociais e religiosas características da sociedade disciplinar.

Consequentemente, produz efeitos sobre as subjetividades dos jovens em questão, contribuindo para a fabricação do indivíduo moderno. "É para decifrar este indivíduo em sua própria produção e percorrer, a seu lado, a utilização a que é vinculado, que Foucault escreve sobre os 'diferentes modos de subjetivação do ser humano dentro de

nossa cultura" (FONSECA, 1995, p. 70).

Foucault contextualiza, em seus escritos de *Vigiar e Punir*, a transformação das práticas institucionais na passagem da Época Clássica para a Época Moderna, que perduram na contemporaneidade. Destaca os processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos, como resultado de um processo de objetivação, imersos na articulação entre poder e saber que o captura e o classifica.

É fato que em qualquer sociedade o poder é exercido sobre o corpo, um poder que o limita, o proíbe e impõe obrigações em suas variadas formas. Porém, na emergência do século XVIII, nasce uma nova tecnologia do poder: a disciplina. Esta difere da escravidão, da domesticidade, da vassalagem, pois dispensa a relação trabalhosa e violenta, a dominação constante e a submissão altamente codificada. É pautada na economia, com pouco investimento produz efeitos igualmente grandiosos sobre os corpos, agindo sobre cada uma de suas partes.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (...) Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo (...) A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1987, p. 119).

A disciplina fabrica corpos dóceis, maleáveis e moldáveis, o que não significa que ela fabrica sujeitos obedientes. O poder disciplinar atua no nível do corpo (estar no mundo) e dos saberes (conhecer o mundo e situar-se nele). “Mesmo que não sejamos todos igualmente disciplinados, todos entendemos – ou devemos compreender... – o que é ser e como se deve ser disciplinado” (VEIGA-NETO, 2011, p. 71).

O exercício do poder disciplinar conta com o suporte de alguns instrumentos que o compõem, como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Nesse sentido, a análise Foucaultiana nos permite perceber o funcionamento da instituição dentro desta lógica de organização. Uma série de aparatos estruturais são elementos de subjetivação que estão ligados às relações de poder e de controle sobre o sujeito: os muros são altos e possuem cerca elétrica, contribuindo para a construção de um cenário privado, que não se comunica com o lado de fora; os portões são elétricos, para que o fluxo de pessoas seja sempre conhecido e autorizado pelos funcionários; há câmeras de segurança nos corredores; a sala da diretoria se localiza no centro do estabelecimento, onde também há uma estátua em homenagem ao Frei fundador, que certifica a constante visibilidade das instâncias administrativa e religiosa tão presentes no cotidiano da instituição.

A vigilância hierárquica supõe que nada deve escapar ao olhar ininterrupto, permitindo um controle cada vez mais detalhado do comportamento. No estabelecimento em questão, todas as atividades são vigiadas por um funcionário ou educador, seja dentro das salas de aula, pelos corredores e espaços abertos e mesmo durante o momento

das brincadeiras ou nos banheiros, onde os avisos e restrições são colados nas paredes. Mantém-se o acompanhamento da ação de todos e entre todos em um regime de educação, pautado na moral, na religião e nos bons modos. As atividades são direcionadas de acordo com a faixa etária e sua duração precisa ser controlada e marcada por um sinal, como nas escolas.

A sanção normalizadora se destaca na relação da instituição com a questão do trabalho, que ocorre dentro de uma perspectiva tanto neoliberal, quanto religiosa, estabelecendo um comportamento certo e um errado, “bons” e “maus” indivíduos. A ociosidade é intolerável, pois “uma mente desocupada é oficina do diabo”<sup>4</sup>, e a ideia de um corpo parado é associada também à malandragem ou vagabundagem. Impõe-se às crianças e aos jovens sua participação contínua em qualquer uma das atividades oferecidas, as faltas são questionadas e o “descanso” só é permitido nos intervalos das atividades.

A incidência desse olhar sobre o indivíduo tira-o do seu contexto histórico-social e político. Desta forma, a apreensão deste como um sujeito social passa a ser a de um sujeito dotado de uma essência perigosa.

Ainda considerando os instrumentos que possibilitam o exercício do poder, tem-se o exame, que, em composição com a sanção normalizadora e a vigilância hierárquica, exerce saberes que classificam, qualificam e punem. Marca a entrada do indivíduo no campo do saber e transforma-os em “casos”. Propõe uma descrição singular, podendo se fortalecer com um discurso científico. “O exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir sinais de

<sup>4</sup> Fala de uma educadora do estabelecimento.

seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação”. (FOUCAULT, 1987, p.156)

Assim, crianças e adolescentes são induzidas a falar sobre suas vidas, seus atos, suas ideias; são indagadas sobre assuntos pessoais, sobre conversas particulares e sobre os mistérios que estariam escapando aos olhares investigadores. Realizam-se reuniões pedagógicas regulares entre os educadores e funcionários da instituição, em que os indivíduos, a partir de seu comportamento, são tomados como casos a ser discutidos, e a eles são prescritas formas de intervenção.

Vemos com isso, que o modelo de amparo a esses jovens pretende mantê-los ocupados para que fiquem longe das ruas, fazendo com que seus corpos tornem-se objetos dóceis e úteis, capturáveis pelo mercado de trabalho. São direcionados a um destino estigmatizado, a partir do momento em que começam a circular por uma rede de serviços de assistência, responsável pelo registro de suas vidas e delineamento de suas subjetividades. Nesse circuito que se forma em torno da infância é que se pode apreender as relações de força que capturam os sujeitos. Todas essas instituições são ligadas em uma hierarquia burocrática que cristaliza os processos de manejo da infância e impede inovações. Esse enrijecimento também se propaga nas relações com o outro e nos afetos que esta relação suscita. É preciso fazer uso de um olhar atento e cauteloso que se preocupe mais em entender os acontecimentos do que de explicá-los, para acompanhar as transformações das paisagens, criando língua para os movimentos.

Como estudantes de Psicologia, estagiários do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania, desenvolvemos um trabalho na instituição. Nossas intervenções servem como ferramenta que nos permite conhecer o cotidiano da instituição e perceber quais são os mecanismos de controle, como eles se efetivam, quais são os enunciados ali presentes e como se dão as relações das forças atuantes. Assim podemos compreender as linhas que compõem esse cenário e quais as rachaduras que permitem um escape. A partir disso, buscamos criar dispositivos que problematizem a institucionalização dos corpos e que deem possibilidade a novas inscrições no social e institucional. Na tentativa de escapar a isso, propomos a realização de atividades artísticas, culturais e problematizantes, pensadas dentro de um processo de construção coletiva, enquanto estratégias de resistência e enfrentamento à lógica dominante, consolidando, assim, práticas que favoreçam a potencialização da vida. Diante dos processos que permitem a produção de subjetividade, percebemos a importância de uma “conexão com o outro, a existência de uma materialidade e sua dimensão subjetiva” (NOGUEIRA, s.d.).

Na análise das práticas sociais e relações de poder da instituição, podemos perceber a existência de territórios cristalizados e subjetividades assujeitadas. Tornando esses processos evidentes provocamos problematizações, inquietações e propagamos o desassossego, abrindo novas perspectivas de existir. Buscamos desviar esses adolescentes do processo de vitimização, estigmatização e exclusão social, a partir de uma perspectiva estética, que tenta escapar das práticas psi que vigiam, controlam, formatam e patologizam a existência.



A finalidade em si da prática não é senão a de ser um meio para que se deem passagem às multiplicidades, aos processos de criação, às produções instituintes que favoreçam as singularizações, em vez de individualizações formatadas por identidades normativas.

(...) Os sujeitos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de forças que os subjetivam incessantemente. (...) A vida se constrói a cada momento e não pode ser reduzida a qualquer modelo ou norma. (COIMBRA *et al.*, 2005, p.7)

Há outras formas de fazer psicologia que não invistam nos mecanismos de internalização do sujeito; sujeito de uma vida investida no “eu” para uma vida investida no espaço público que busca um espaço de coletivização, autonomia e emancipação política.

Como habitar territórios amansados, geridos e fazê-los criar, diferir, a partir desta repetição que marca a instituição e as práticas nela desenvolvidas? Como ultrapassar as linhas de controle, disciplina, patologização? Essas são uma das várias indagações que nos deparamos em nossa prática, e, diante disso, buscamos formas de habitar os territórios que deem passagem à produção de uma nova estética de movimentação dos corpos e a desterritorialização de espaços esquadrihados, proporcionando outros sentidos que permitam novas multiplicidades de existência.

Os saberes só fazem sentido quando conseguem transformar vidas assujeitadas em vidas potentes, sendo alicerces de resistência contra autoritarismos, fascismos e preconceitos, quando contribuem de fato para a construção de uma sociedade

democrática e mais igualitária. Entendendo o grupo como um dispositivo, investe-se na possibilidade de afirmação dos devires e, ao mesmo tempo, combatem-se os modos de vida individualistas e intimistas, numa busca pelo fortalecimento do coletivo. Assim, pensamos que é através da arte como livre-expressão e da articulação dos espaços coletivos que poderemos fugir de paradigmas que associam criminalidade e pobreza, de maneira que os sujeitos possam instituir outras vivências, que não aquelas que o oprimem.

Vemos que as práticas de gestão se efetivam a todo o momento a partir da entrada do indivíduo na sociedade em que este se situa. Através dos mecanismos de tutela e administração das virtualidades humanas, dificulta-se a autonomia dos sujeitos, ditando à infância certo modo de existir. As brincadeiras, a comunicação, os comportamentos, a imaginação, a curiosidade e o espírito desafiador das crianças são cada vez mais capturadas pelas práticas disciplinares, o que exige modos de resistência cada vez mais engenhosos, tornando o trabalho com esse público algo desafiador que vai muito além do espaço em que se atua.

#### Referências

- CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1987.
- COIMBRA, Cecília Coimbra. *et al.* **Subvertendo o conceito de adolescência**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a Constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 32. ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

NOGUEIRA, Marcus Otávio Mariani. **Território e subjetividade: problematizando o espaço de execução das oficinas e a potência do oficinairo enquanto um ator central de uma política pública.** Disponível no endereço: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=referencia%20bibliografica%20%20marcus%20ot%C3%A1vio%20mariani%20nogueira&source=web&cd=3&ved=0CDIQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.fafich.ufmg.br%2Fcoloquioenriquez%2Ftcompletos%2F161%2FTerritorio%2520e%2520subjetividade.doc&ei=QHlrT-DmO8bAgQfq5YWYBg&usg=AFQjCNE9eY->

j\_GzoHjenNf0UD3UKoyUu-g&cad=rja> ,  
Acessado em março de 2012 (s/d).

OLIVEIRA, Benedito Adalberto Boletta de. **Uma visão crítica da política do menor.** *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1988, vol.8, n.1, pp. 7-9. ISSN 1414-9893.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.